

Ata Eletrônica da 255ª Extraordinária

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Extraordinária ; Abertura: 27/01/2026 - 17:30 ; Encerramento:

Mesa Diretora: Presidente: Antônio de Miranda / UB ; Vice-Presidente: Gustavo Barbosa / PR ; Secretário: Márcia C. S. Santos / PP

Lista de Presença na Sessão: Alexandre Campos / MDB ; Ana Carolina S. Faria / PRD ; Antônio de Miranda / UB ; Antônio J. Faria Jr. / PSDB ; Aristides R. C. Filho / PMN ; Dalmo Assis de Oliveira / PRD ; Giordane Alberto / PR ; Guilherme Rocha / NOVO ; Gustavo Barbosa / PR ; Israel Antônio Lúcio Neto / União ; Kaio Guimarães / PMN ; Lacimar Cezário / PSD ; Márcia C. S. Santos / PP ; Rosse Andrade Silva / PL ; Wenderson Arlei da Silva / NOVO

Expedientes: Expedientes do Prefeito: Nada a registrar. **Expediente dos Vereadores:** Foi lido Ofício do vereador Leonardo Alves dos Santos, justificando sua ausência na presente reunião. O vereador Antônio José de Faria Júnior entregou, no início da reunião, justificativa de ausência do vereador José Humberto Santiago Rodrigues (documento sem assinatura), e pediu que o documento fosse lido pela Secretária Márcia Cristina Silva Santos, no que foi atendido. **Expediente de Terceiros:** Nada a registrar. **Comentários diversos:** - Foi lido Recurso do vereador Guilherme Rocha, com pedido de rejeição do Relatório Final e prosseguimento da CPI instaurada pela Portaria 42/2025, sobre "Denúncias de possíveis irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna MG". Em seguida, foi lido Parecer da Procuradoria da Câmara, que opinou contra o acatamento do Recurso. O vereador Guilherme Rocha apresentou críticas ao relatório final da CPI, argumentando que "a parte técnica está errada". Afirmou que, apesar da opinião da Procuradoria, a decisão é do Plenário, e afirmou que, dependendo do resultado, a votação de seu recurso pelo Plenário pode produzir "risco jurídico". O vereador Gustavo Dornas Barbosa ressaltou que solicitou parecer jurídico da Procuradoria antes de instaurar a CPI por meio da Portaria 42/2025. O vereador Wenderson Arlei da Silva contestou o parecer da Procuradoria sobre o recurso apresentado pelo vereador Guilherme Rocha, alegando que o Plenário não pode ser "proibido" de reconhecer eventuais nulidades processuais no andamento da CPI. O vereador Kaio Guimarães concordou com o Parecer da Procuradoria, e comentou que o vereador Guilherme Rocha impetrou mandado de segurança contra o Vice-Presidente Gustavo Barbosa, sobre alegada ilegalidade da instauração da CPI, e ressaltou que o Poder Judiciário negou o mandado de segurança, por entender que a CPI foi corretamente instaurada. O vereador Alexandre Campos argumentou que, no seu entender, o relatório da CPI não condiz com a "realidade" que "todos estão percebendo", e que "estão querendo blindar" pessoas investigadas, possivelmente com o intuito de impedir futuras investigações. Com relação ao mandado de segurança citado pelo vereador Kaio Guimarães, Alexandre afirmou que a Justiça negou "apenas uma liminar", pois segundo ele não decidiu ainda sobre o mérito do mandado de segurança impetrado pelo vereador Guilherme Rocha. O vereador Wenderson Arlei da Silva ressaltou que o que se questiona é o fato de as reuniões da CPI não terem sido realizadas no plenário, o fato de as reuniões não terem sido transmitidas pela Câmara, e o fato de o presidente da CPI ter restringido a participação do advogado do vereador Guilherme Rocha em uma das reuniões da CPI, e reiterou sua opinião favorável ao Recurso. O Vice-Presidente Gustavo Barbosa ressaltou que não interrompeu a reunião da CPI realizada no dia 31 de dezembro de 2025, pois no seu entender a reunião estava paralisada. Ressaltou que as reuniões da CPI são públicas, mas durante a reunião da CPI do dia 31/12/2025 o próprio advogado do vereador Guilherme Rocha relutou em informar que estava representando Guilherme na reunião. A vereadora Márcia Cristina Silva Santos comentou que, na Comissão Processante que

analisou a ausência injustificada do vice-prefeito, ninguém cobrou a realização das reuniões no plenário, como ocorreu com a reunião da CPI. O vereador Kaio Guimarães ressaltou que o próprio Juiz de Direito argumentou que não havia motivos para questionar a composição da CPI. Kaio afirmou que há muito mais em discussão do que simplesmente uma "CPI do Itaunense", e lembrou que o vereador Aleandre Campos era presidente da Mesa Diretora quando veio à tona a operação "Carona Sinistra", da Polícia Federal, que investigou irregularidades em contratos de órgãos públicos (entres eles a Câmara de Itaúna) com empresas de publicidade e jornais da região. O Presidente Antônio de Miranda Silva lembrou que ele próprio fez questão de assinar o requerimento inicial que pediu a instauração da CPI. Lembrou que, para manter a isenção, passou a direção dos trabalhos da Mesa relativos ao andamento da CPI para o Vice-Presidente Gustavo Barbosa. Ressaltou que o recurso apresentado pelo vereador Guilherme está extrapolando o Artigo 32, § 2º, do Regimento Interno, motivo pelo qual pediu que o Plenário votasse contra o recurso. O Presidente Antônio de Miranda Silva colocou em votação o Recurso, sendo o mesmo rejeitado, com 7 votos favoráveis (dos vereadores Alexandre Campos, Ana Carolina Silva Faria, Guilherme Rocha, Antônio José de Faria Júnior, Rosse Andrade Silva, Lacimar Cezário da Silva e Wenderson Arlei da Silva), 7 votos contrários (dos vereadores Aristides Ribeiro de Carvalho Filho, Giordane Alberto Carvalho, Dalmo Assis de Oliveira, Gustavo Dornas Barbosa, Israel Antônio Lúcio Neto, Kaio Guimarães e Márcia Cristina Silva Santos) e voto de minerva (contrário) do Presidente Antônio de Miranda Silva. Antes de encerrar a reunião, o Presidente Antônio de Miranda Silva informou que a Mesa Diretora está promovendo uma série de reformas no prédio da Câmara, incluindo alterações nas instalações elétricas, no sistema de ar-condicionado e na rede de computadores, entre outras. **Tribuna da Casa:** Nada a registrar **Comunicações Parlamentares Iniciais:** Nada a registrar **Participação Popular:** Nada a registrar **Comunicações Parlamentares Finais:** Nada a registrar

Lista de Presença na Ordem do Dia: Alexandre Campos / MDB ; Ana Carolina S. Faria / PRD ; Antônio de Miranda / UB ; Antônio J. Faria Jr. / PSDB ; Aristides R. C. Filho / PMN ; Dalmo Assis de Oliveira / PRD ; Giordane Alberto / PR ; Guilherme Rocha / NOVO ; Gustavo Barbosa / PR ; Israel Antônio Lúcio Neto / União ; Kaio Guimarães / PMN ; Lacimar Cezário / PSD ; Márcia C. S. Santos / PP ; Rosse Andrade Silva / PL ; Wenderson Arlei da Silva / NOVO

Matérias da Ordem do Dia: **1 - Requerimentos diversos nº 1 de 2026**, Recurso ao Plenário da Câmara de Itaúna com pedido de rejeição do Relatório Final e prosseguimento da CPI instaurada pela Portaria 42/2025, sobre "Denúncias de possíveis irregularidades na utilização da estrutura de comunicação institucional da Câmara Municipal de Itaúna MG" Autor: Guilherme Rocha, Tipo: Simbólica, Sim: 7, Não: 8, Abstenções: 0, **Resultado: Rejeitado** - Obs.: Rejeitado com Voto de Minerva do Presidente, após empate na votação ; **2 - Projeto de Resolução nº 1 de 2026**, Dispõe sobre a recomposição inflacionária dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna para o ano de 2026 e dá outras providências (4,26%) Autor: Mesa Diretora - Mesa Diretora, Tipo: Simbólica, Sim: 6, Não: 8, Abstenções: 0, **Resultado: Rejeitado** ; **3 - Projeto de Resolução nº 2 de 2026**, Dispõe sobre a recomposição inflacionária dos vencimentos dos servidores ativos, proventos de aposentadorias, e bolsas auxílio dos estagiários da Câmara Municipal da Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências (5%) Autor: Mesa Diretora - Mesa Diretora, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ; **4 - Projeto de Lei Ordinário Substitutivo nº 3 de 2026**, Autoriza o Executivo Municipal a realizar reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas auxílio, da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna e dá outras providências. Autor: Prefeito - Prefeito, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ; **5 - Projeto de Lei Ordinária nº 1 de 2026**, Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção social às

instituições que menciona e dá outras providências. Autor: Prefeito - Prefeito, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ; **6 - Projeto de Lei Ordinário Substitutivo nº 2 de 2026**, Autoriza anistia parcial de juros e multas incidentes sobre créditos tributários, não tributários e tarifas Municipais, e dá outras providências. Autor: Prefeito - Prefeito, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ; **7 - Projeto de Lei Ordinária nº 144 de 2025**, Altera a redação da Lei nº 5.974, de 14 de setembro de 2023, “que autoriza o Executivo Municipal a gratificar servidores que exerçam suas funções no âmbito da Procuradoria-Geral do Município e dá outras providências”. Autor: Prefeito - Prefeito, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ; **8 - Projeto de Lei Ordinária nº 149 de 2025**, Autoriza o Executivo Municipal a repassar recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA/FIA à Comunidade Sagrada Família e dá outras providências Autor: Prefeito - Prefeito, Tipo: Simbólica, Sim: 14, Não: 0, Abstenções: 0, **Resultado: Aprovado** ;

Assinatura de Todos os Parlamentares Presentes na Sessão

Presidente: Antônio
de Miranda Silva / UB

Vice-Presidente:
Gustavo Dornas
Barbosa / PR

Secretário: Márcia
Cristina Silva
Santos / PP

Alexandre Magno
Martoni Debique
Campos / MDB

Ana Carolina Silva
Faria / PRD

Antônio José de Faria
Júnior / PSDB

Aristides Ribeiro de
Carvalho Filho / PMN

Dalmo Assis de
Oliveira / PRD

Giordane Alberto
Carvalho / PR

Guilherme Campos
da Rocha / NOVO

Israel Antônio Lúcio
Neto / União

Kaio Augusto Honório
Alves Guimarães /
PMN

Lacimar Cezário da
Silva / PSD

Rosse Andrade Silva /
PL

Wenderson Arlei da
Silva / NOVO